IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE ANALFABETISMO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ-AL EM 2023

José Anderson Farias da Silva Bomfim[1]
Renan Rubert Rosas Neto[2]
Pedro Henrique Santos Barros de Araújo[3]
José Wilton dos Santos Pacheco Lima[4]

RESUMO

O estudo analisa as características sociodemográficas da população em situação de analfabetismo na Região Metropolitana de Maceió (RMM) no primeiro trimestre de 2023, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). A investigação fundamenta-se na compreensão histórica das desigualdades educacionais no Brasil, marcadas pelo legado colonial e por profundas assimetrias regionais que, ainda hoje, condicionam o acesso à educação formal. A abordagem metodológica é quantitativa, descritiva e dedutiva, apoiada em levantamento bibliográfico e análise documental, utilizando variáveis de sexo, idade, cor/raça, rendimento e situação do domicílio para caracterizar o fenômeno do analfabetismo na RMM. Os resultados indicam que cerca de 10% da população metropolitana não sabe ler e escrever, percentual ainda elevado para uma área que concentra atividades econômicas e maior infraestrutura estadual. A análise revela que o rendimento é a variável mais determinante, visto que quase 90% dos analfabetos possuem renda de até um salário mínimo e não há registros dessa condição entre indivíduos com rendimentos superiores a três salários mínimos. A cor/raça também se mostra relevante, com maior incidência entre pessoas autodeclaradas pardas. Em contrapartida, o sexo apresenta diferenças pouco expressivas. A distribuição etária evidencia que o analfabetismo é mais expressivo entre pessoas acima de 54 anos, refletindo um passado de maior restrição educacional. O estudo conclui que, apesar de avanços recentes, persistem desigualdades estruturais que exigem políticas públicas mais direcionadas, sobretudo voltadas à inclusão educacional de grupos historicamente marginalizados.

Palavras-chaves: Analfabetismo; Desigualdades educacionais; Região Metropolitana de Maceió.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: andersonfbomfim@gmail.com
[2] Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: renan.neto@igdema.ufal.br
[3] Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: pedaraujo7@gmail.com
[4] Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: tinhostspacheco@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde os primórdios da colonização, foi marcada por significativas disparidades educacionais, tendo em vista que elas não se restringiam apenas as regiões, alcançavam inclusive as características sociais (renda, gênero e classe social) e históricas vivenciadas pela população. Esse cenário foi reproduzido ao longo dos séculos, condenando milhares de brasileiros a situação de analfabetismo e impossibilitando que essas pessoas pudessem desenvolver inúmeras atividades pessoais e laborais restritamente relacionadas ao processo educativo.

Essa realidade não é exclusiva do Brasil, que conforme Lacoste (1975), um dos traços característicos dos países subdesenvolvidos é a incultura das massas e o analfabetismo. A própria insuficiência na instrução, nesse contexto, é distribuída de maneira desigual, variando conforme o sexo, idade, e classe social. Contudo, nas últimas décadas do século passado, a temática educacional ganhou força em discussões de âmbito nacional, tendo em vista as transformações nos aspectos econômicos e sociais brasileiros. Dessa forma, na década de 60 do século XX, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/1961), quando foi elaborado o novo Plano Nacional de Educação.

É importante destacar que o analfabetismo quando investigado a partir de um viés sociológico, identifica as características sociais da população que se encontra nessa condição e aponta para os problemas decorrentes dessa situação. Em contrapartida, especificamente nas últimas décadas, a condição de analfabetismo também foi investigada por um espectro econômico, onde é considerado os impactos que tal condição reverbera ao desenvolvimento econômico do país.

O sistema educacional contribui para a reprodução das estruturas sociais e das desigualdades entre as classes, uma vez que a escola desempenha um papel central na perpetuação de normas, valores e estruturas que favorecem as classes dominantes. Sob uma perspectiva sociológica, o analfabetismo e as condições educacionais não apenas refletem essas

dinâmicas, mas também evidenciam as características sociais da população afetada e os problemas decorrentes dessa realidade (Bourdieu; Passeron, 1970).

O analfabetismo nas regiões metropolitanas evidencia contradições inerentes ao desenvolvimento urbano brasileiro, pois, mesmo em áreas com maior concentração de serviços, infraestrutura e oportunidades, persistem bolsões de exclusão educacional. Essa realidade se relaciona com processos históricos de desigualdade social e com a dinâmica de segregação socioespacial, que concentra populações vulneráveis em territórios periféricos com baixa oferta de políticas públicas efetivas. Além disso, a reprodução do analfabetismo em contextos metropolitanos associa-se a trajetórias de precariedade laboral, desigualdades de gênero e marcadores étnico-raciais, revelando que o fenômeno vai além da ausência de acesso formal à escola, estando vinculado a estruturas de reprodução da desigualdade social (Rua; Paes; Queiroz, 2023).

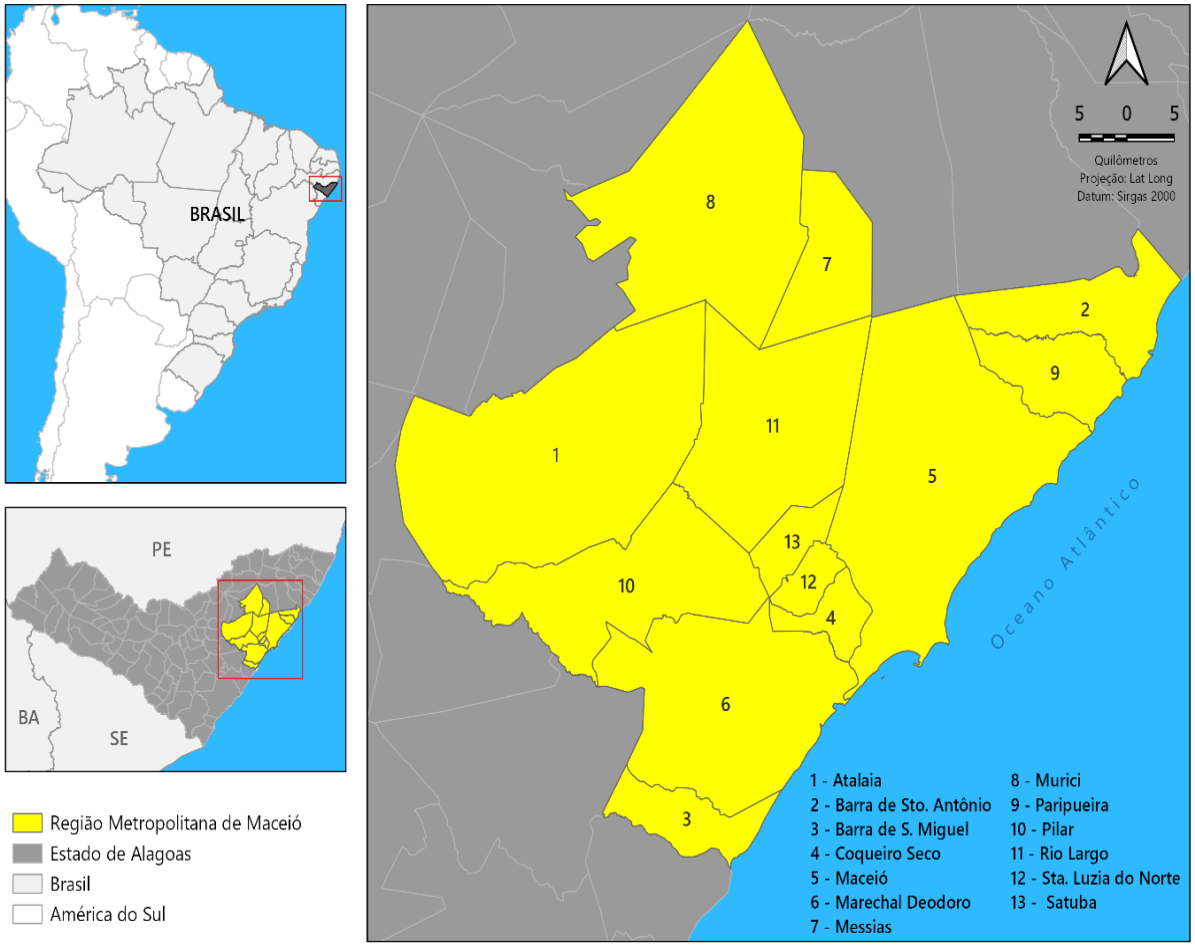
Esse fenômeno no Brasil deve ser entendido como uma expressão extrema de exclusão social, marcada por fortes desigualdades regionais que se aprofundaram ao longo do tempo. Desde o século XIX, os censos revelam não apenas a persistência dessas elevadas taxas, mas também a gênese de um padrão territorial desigual, no qual o Nordeste e parte do Norte concentram esses os maiores índices, em contraste com o Sul, Sudeste e Distrito Federal (Ferraro; Kreidlow, 2004).

Levando em consideração as disparidades regionais apresentadas anteriormente, dentro da própria região o cenário se repete, onde alguns estados nordestinos apresentam indicadores melhores que outros. Consequentemente, o recorte territorial de análise do presente ensaio, corresponde a Região Metropolitana de Maceió (RMM) (Figura 1), que tem como núcleo a capital do estado de Alagoas. Uma das principais capitais da região nordestina.

A Região Metropolitana de Maceió - RMM foi institucionalizada em 1998, sendo composta inicialmente por 11 municípios: Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia

do Norte e Satuba. Atualmente a RMM está composta por 13 municípios[5], e tem a capital do estado como município polo (Santos Filho, 2018).

FIGURA 1 – Localização da Região Metropolitana de Maceió e seus respectivos municípios



Fonte: IBGE (2022).

Portanto, o objetivo central deste trabalho consiste em examinar, de maneira preliminar e sistematizada, as condições e características sociodemográficas da população em situação de analfabetismo na Região Metropolitana de Maceió (RMM), tomando como base

[5] Os outros dois municípios restantes são Atalaia e Murici.

analítica os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). A partir desse recorte empírico, referente ao primeiro trimestre de 2023, busca-se identificar os padrões estruturais que moldam a distribuição do analfabetismo na população metropolitana.

MÉTODOS

O caminho metodológico adotado por este ensaio consistiu em um método dedutivo de natureza aplicada com uma abordagem quantitativa em um tipo de pesquisa descritiva. Os procedimentos metodológicos consistiram em duas etapas: o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental referente aos dados de analfabetismo na RMM no primeiro trimestre de 2023.

A fonte de dados utilizada na investigação foi a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD-C) que alcança a RMM como recorte de análise. Em relação a fonte de dados secundários, a PNAD-C apresenta algumas vantagens, como as informações atualizadas por trimestre e por ano, diferentemente do Censo Demográfico que ocorre em um período a cada 10 anos. Contudo, por se tratar de uma pesquisa amostral, a PNAD-C apresenta uma importante limitação em relação ao recorte de análise, visto que ela não possui a possibilidade de desagregação por setores censitários. Desse modo, o Quadro 1 apresentou as variáveis contidas na PNAD-C que foram utilizadas para a elaboração dos gráficos contidos neste ensaio.

QUADRO 1 – Variáveis utilizadas a partir da base de dados da PNAD-C, 1º trimestre de 2023

Variável	Descrição
V2007	Sexo
V2009	Idade do morador na data de referência
V2010	Cor ou Raça
V3001	Sabe ler e escrever
V403311	Número da faixa do rendimento

Fonte: IBGE (2023). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Foram necessários para a realização deste trabalho, a malha digital da RMM, disponível através do sítio eletrônico do IBGE. O tratamento e análise dos dados foram realizados por meio do *software* RStudio. Além disso, utilizou-se a suíte de softwares da *Microsoft Office* (2019) para a dissertação dos textos e a elaboração dos gráficos e tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o cenário educacional alagoano, Silva (2022, p. 46) apontou que em 2019 "[...] o Estado liderava o ranking de analfabetismo no país com uma taxa de analfabetismo de 17,1% da população de 15 anos ou mais de idade". Dessa forma, por concentrar as atividades econômicas, políticas, culturais e educacionais do estado o esperado ao averiguar o contexto educacional das pessoas que não sabem ler e escrever na RMM em 2023 seria a presença de percentuais menores.

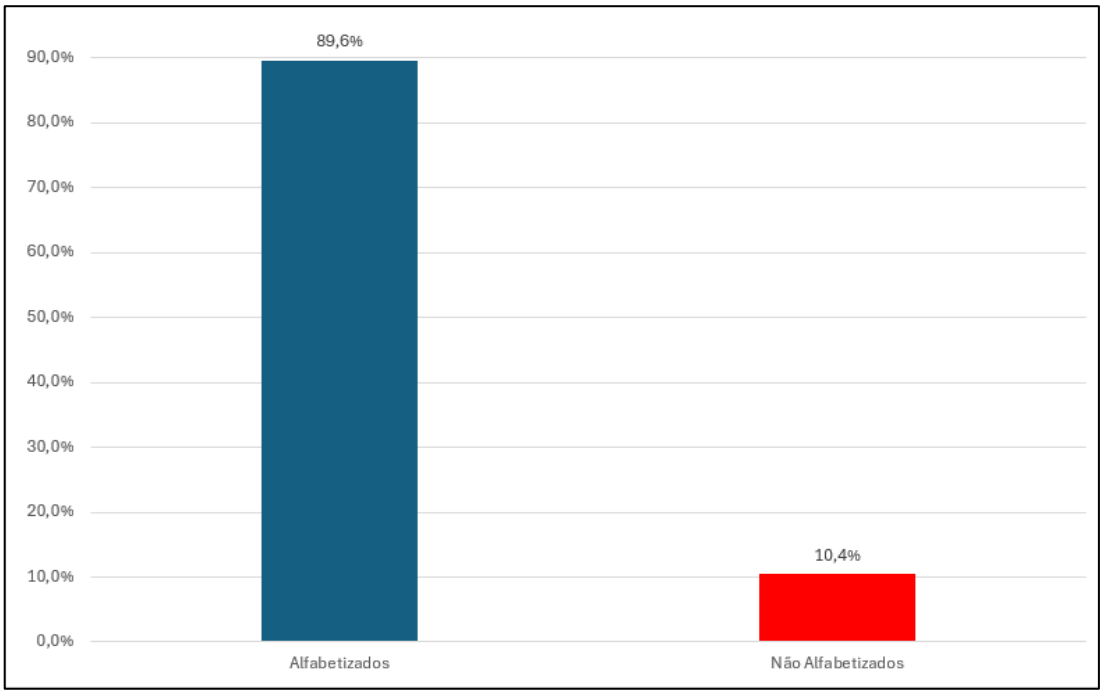
Outro elemento a ser levado em consideração nessa análise é o forte aparato de políticas públicas voltadas à educação que foram implementadas tanto no Brasil como no estado de Alagoas, por exemplo, o Programa Caminho da Escola, Proinfância, dentre outros. Ou seja, espera-se que essas políticas tenham contribuído para a diminuição desses percentuais na área em análise. Contudo, é válido pontuar que o presente ensaio não tem por objetivo um diagnóstico referente a série temporal, e sim um retrato do primeiro trimestre do ano de 2023 levando em consideração os aspectos apontados na literatura.

Em relação às transformações educacionais vivenciadas pela população brasileira na transição do século XX para o XXI, Oliveira aponta que:

> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, nos mostra que a taxa de analfabetismo encontrada para as pessoas de 15 anos ou mais foi de 10,0%, o que corresponde a 14,2 milhões de indivíduos. E que a taxa de analfabetos funcionais, ou seja, aqueles com menos de 4 anos de estudos, no mesmo ano correspondeu a 30 milhões. O Brasil findou o século XX e adentrou o século XXI com números muito altos de pessoas não alfabetizadas. De acordo com os dados, ocorreu uma queda em ritmo lento, mas as políticas públicas implementadas com o intuito de erradicar o analfabetismo não conseguiram deixar que os números não fossem tão assustadores (Oliveira, 2010, p. 11).

Averiguando o cenário da RMM, de acordo com dados disponibilizados pela PNAD-C (IBGE, 2023), de acordo com o Gráfico 1 percebeu-se que pouco mais de 10% dos moradores da área se encontram em condição de analfabetismo, ou seja, a cada 10 moradores da RMM um não sabe ler e escrever.

GRÁFICO 1 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, RMM, 1º trimestre de 2023

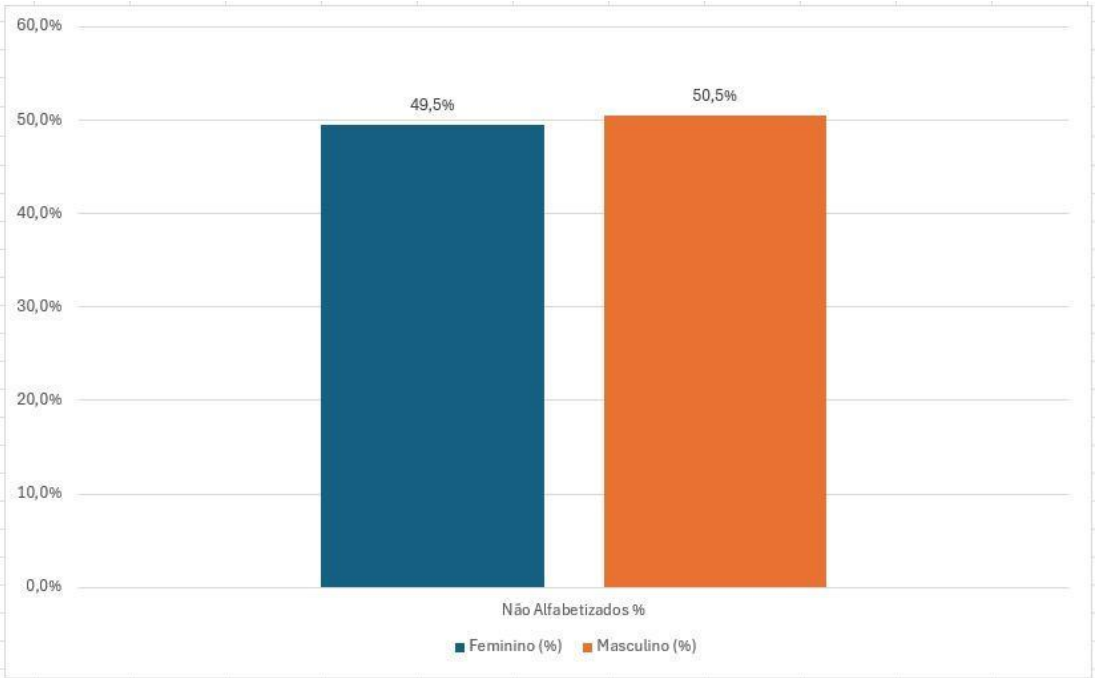


Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Os dados obtidos para o ano de 2023 e comparado aos da literatura apresentados por Silva (2022, p. 46) indicam que houve uma melhora considerável para os números de Alagoas. Contudo, é imprescindível esclarecer que estamos analisando a RMM e não o estado como um todo. Por isso, consideramos que os percentuais ainda continuam alarmantes, sobretudo para esse recorte em análise, que concentra diversas atividades e que em tese, deveria deter de um acesso mais acessível a educação para a sua população.

No que se refere ao sexo, segundo o Gráfico 2, observamos que dentre aqueles que não sabem ler e escrever na RMM, o maior percentual corresponde ao sexo masculino. Este dado, certamente, está relacionado com as características rurais que ainda são presentes na RMM, onde os homens se estabelecem nas atividades primárias e de pouca formação e as mulheres ficam com os cuidados de casa. Portanto, em relação ao sexo, para a Região Metropolitana, o sexo não aparenta ser uma variável determinante para indicar a condição de analfabetismo, visto que há uma determinada igualdade entre os percentuais.

GRÁFICO 2 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever de acordo com o sexo, RMM, 1º trimestre de 2023

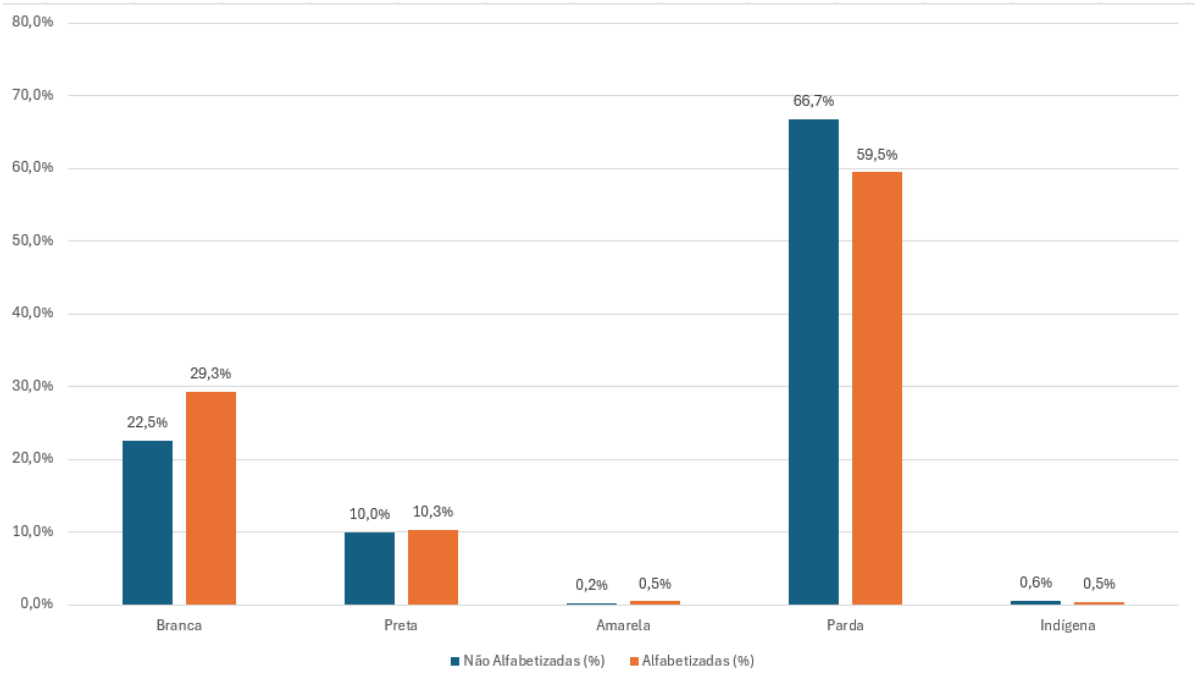


Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Em relação a raça e cor, conforme o Gráfico 3, identificou-se que o maior percentual populacional que não sabe ler e escrever corresponde aquelas pessoas que seu autodeclararam parda, seguida por branca e preta, respectivamente. Por outro lado, para o grupo de pessoas que

sabem ler e escrever, destaca-se o grupo de pardos e o aumento significativo daqueles que se autodeclararam brancos, seguidos por pretos.

GRÁFICO 3 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais que sabem e não sabem ler e escrever de acordo com raça e cor, RMM, 1º trimestre de 2023



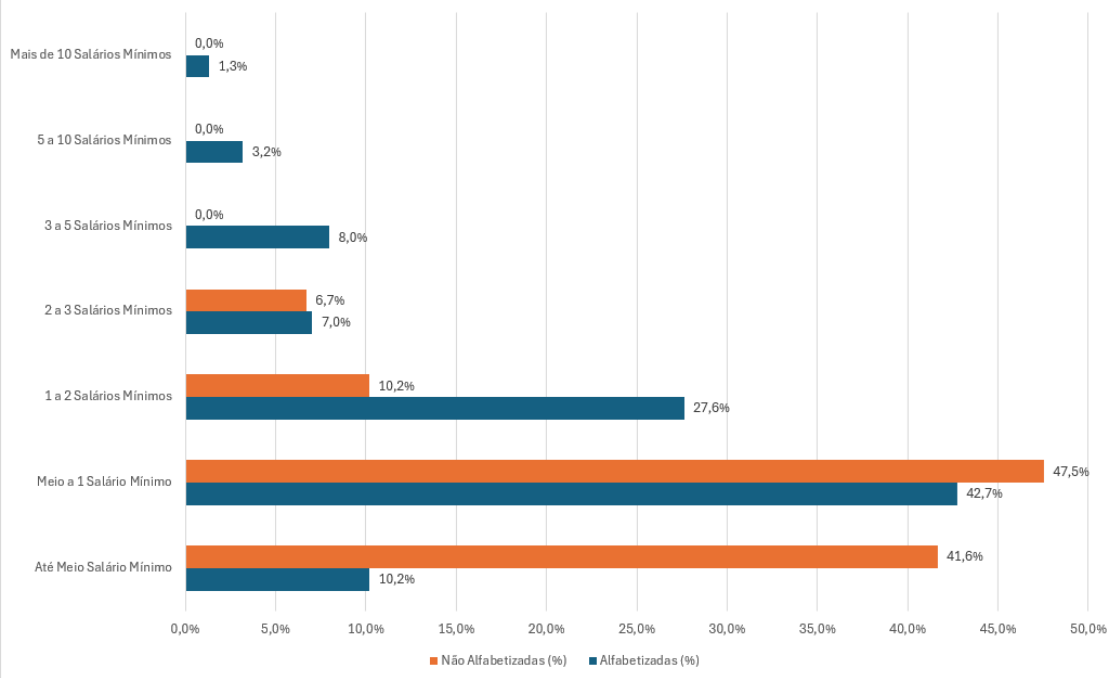
Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Para Indígenas o percentual desse grupo que não sabe ler e escrever correspondeu a cerca de 0,6 por cento e de pessoas de raça amarela de 0,2%. Números relativamente baixos quando comparados aos outros grupos presentes na Região Metropolitana.

Ao analisar os dados referentes à população em situação de analfabetismo, identificamos que a principal variável para explicar tal condição está relacionada ao rendimento. Conforme o Gráfico 4, observamos que conforme há o aumento do rendimento mensal, ocorre a diminuição do percentual de pessoas que não sabem ler e nem escrever. Para se ter uma ideia, percebemos que não há pessoas que não sabem ler e escrever com rendimento

superior a três salários. Somando-se a isso, o percentual de pessoas que sabem ler e escrever é menor na faixa de até meio salário mínimo.

GRÁFICO 4 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais que sabem e não sabem ler e escrever de acordo com o rendimento, RMM, 1º trimestre de 2023



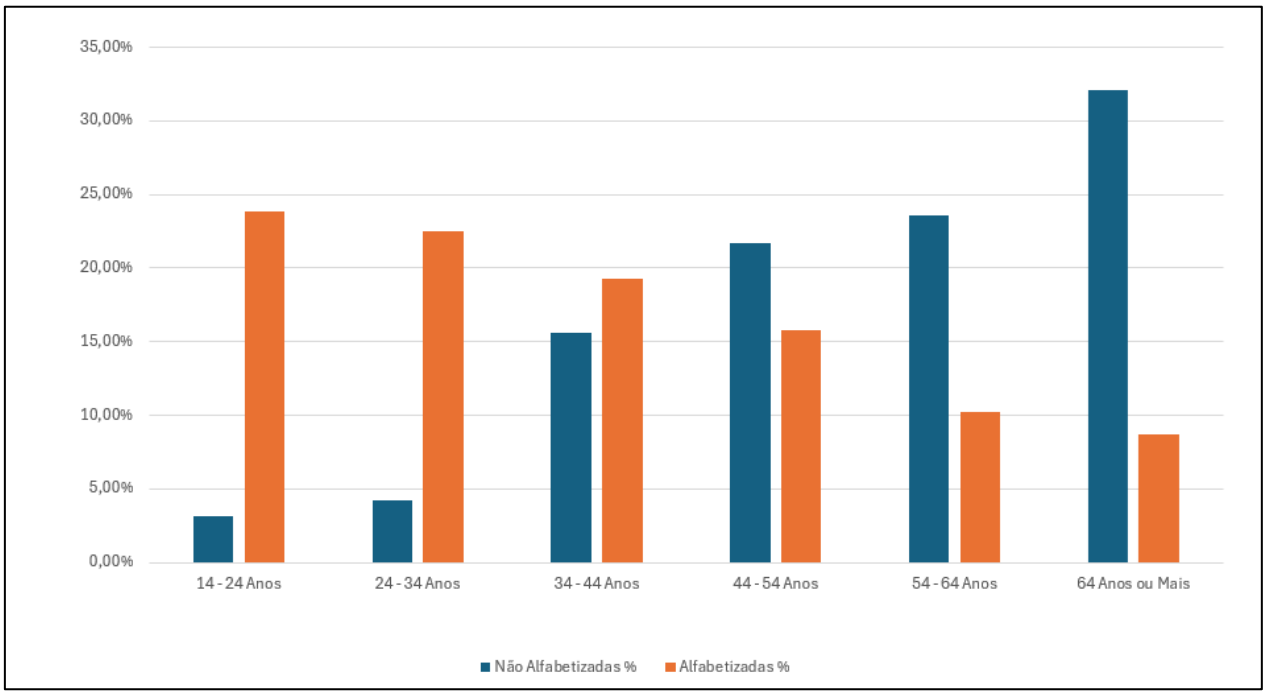
Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Ao inferir os dados, percebemos que quase 90% das pessoas em condição de analfabetismo recebiam até um salário mínimo. Dessa forma, indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com restrições financeiras tendem a dispor de menores possibilidades de acesso à educação, mesmo diante dos avanços recentes na ampliação da oferta da rede pública voltada a esses grupos. Uma vez que sua própria subsistência é incerta, a busca pela educação passa a ocupar um lugar não prioritário. Esses dados acabam por refletir os processos históricos anteriormente mencionados e que insistentemente são reproduzidos pelo Estado brasileiro, e nesse caso em específico, pelo estado alagoano.

Contudo, é indispensável relatar a diminuição do percentual de pessoas que não sabem ler e escrever, sobretudo quando comparados aos dados apresentados na literatura em relação à primeira década do século XXI. Porém, entendendo que a educação é um direito universal de todo brasileiro, esses percentuais ainda são alarmantes e necessitam de uma maior atenção por parte dos gestores públicos.

Um outro dado importante para compreender as questões do analfabetismo na Região Metropolitana de Maceió é a distribuição populacional por faixa etária. Segundo o Gráfico 5, foi possível identificar que as pessoas que não sabem ler e escrever estão contidas nos grupos mais velhos de idade. Esse fator, supostamente, pode estar relacionado ao cenário que essas pessoas viveram quando tinham idade escolar, onde o acesso à educação era escasso e restrito a determinados grupos sociais, especificamente os de maior renda.

GRÁFICO 5 – Percentual de pessoas com 15 anos ou mais que sabem e não sabem ler e escrever de acordo com a faixa etária, RMM, 1º trimestre de 2023



Fonte: IBGE (2023). Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Portanto, o maior percentual de pessoas em situação de analfabetismo concentra-se entre os indivíduos com 64 anos ou mais, seguido pelo grupo etário de 54 a 64 anos, e assim sucessivamente entre as faixas mais avançadas. Esses percentuais revelam muito mais do que uma simples distribuição numérica: evidenciam o legado de um sistema social e educacional hierarquizado, que, ao longo de décadas, negligenciou o acesso à escolarização para amplas parcelas da população. Trata-se de uma expressão direta das desigualdades estruturais vivenciadas por essa coorte, marcada por restrições históricas ao ensino formal, pela baixa oferta de políticas públicas efetivas e pela reprodução de um modelo que excluiu sistematicamente os grupos mais vulneráveis do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo evidenciam que a taxa de analfabetismo na Região Metropolitana de Maceió (RMM) no primeiro trimestre de 2023, embora tenha apresentado redução em relação a décadas anteriores, ainda permanece preocupante. Cerca de 10% da população da área não sabe ler e escrever, demonstrando que as desigualdades educacionais persistem, especialmente em regiões historicamente negligenciadas. A análise revelou que políticas públicas implementadas nas últimas décadas contribuíram para algumas melhorias, mas os números ainda exigem atenção dos gestores. Além disso, as disparidades dentro da própria região destacam a necessidade de intervenções mais direcionadas.

Entre os fatores que influenciam o analfabetismo, o estudo destacou o papel do rendimento e da raça/cor. Como mencionado anteriormente no texto, o sistema educacional contribui para a reprodução das estruturas sociais e das desigualdades entre as classes, dessa forma pessoas em situação de maior vulnerabilidade econômica e pertencentes a grupos raciais historicamente marginalizados, como os pardos, apresentaram maior incidência de analfabetismo. A ausência de pessoas analfabetas com rendimentos superiores a três salários mínimos reforça a relação direta entre desigualdade de renda e acesso à educação. Por outro lado, as diferenças entre gêneros não foram tão acentuadas, indicando certa homogeneidade

nesse aspecto. Esses dados refletem processos históricos e econômicos que ainda impactam a RMM.

Isto posto, a análise etária mostrou que o analfabetismo é mais prevalente em faixas de idade mais avançadas, refletindo um passado marcado por restrições ao acesso educacional. Esse cenário reforça a urgência de políticas que combinem ações de combate ao analfabetismo atual e estratégias preventivas para as novas gerações. Embora tenha havido avanços, o desafio de erradicar o analfabetismo na RMM exige esforços contínuos, com investimentos em educação básica e iniciativas que promovam a inclusão social e econômica. Dessa forma, será possível superar as desigualdades persistentes e garantir o direito universal à educação.

Além disso, os resultados reforçam que o analfabetismo na Região Metropolitana de Maceió não deve ser compreendido apenas como um indicador educacional, mas como um fenômeno multidimensional profundamente conectado às desigualdades socioespaciais que estruturam o território. A concentração de vulnerabilidades em determinados grupos sociais revela que o acesso desigual à educação não é fruto de condições individuais, mas da persistência de um padrão histórico de exclusões. Assim, torna-se imprescindível que políticas públicas voltadas à redução do analfabetismo considerem as especificidades territoriais, raciais, etárias e econômicas da RMM, atuando de forma integrada e contínua. Por fim, somente com estratégias que articulem educação, assistência social, mobilidade, trabalho e desenvolvimento urbano será possível romper com o ciclo de reprodução das desigualdades e ampliar, de fato, o alcance do direito à educação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1970. p. 93-134.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, RS, v. 29, n. 2, p. 179-200, 2004. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401. Acesso em: 24 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023.** Brasília, DF, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Brasília, DF, 2022.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento.** 4. ed. São Paulo, SP: Difel, 1975.

OLIVEIRA, Silvia Maria de Moura. **Analfabetismo:** as pedras no caminho. 2010. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2010.

RUA, Emilio Reguera; PAES, Beatriz da Silva Corrêa; QUEIROZ, Fabio Soares. A multiescalaridade do analfabetismo no Brasil: desenvolvimento desigual e combinado? In: OLIVEIRA, A. G. *et al*. (org.). **Geografias e educação:** singulares mãos docentes. Porto Alegre, RS: Letra Capital, 2023. p. 113-131.

SANTOS FILHO, Cícero. **Regiões metropolitanas de Alagoas:** entre os motivos da institucionalização e a dinâmica da integração. 2018. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2018.

SILVA, Ricardo Felipe. **Avaliação da educação do estado de Alagoas:** uma análise perspectiva no período de 2015-2020. 2022. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2022.